



ARTIGO/DOSSIÊ

ARQUIVOS DA ESCRAVIDÃO: RASTROS DOS CRIMES DO CAIS DO VALONGO¹

RAFAEL BATISTA

Rafael Batista

Doutorando em Literatura Brasileira, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mestre em Literatura Brasileira, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2022.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1711091746151701>.

E-mail: fael.bat@hotmail.com.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de discutir os múltiplos arquivos da escravidão, desenvolvendo o conceito de corpo-arquivo na diáspora africana ao compreender que as memórias, as experiências e as formas de resistência estão ancoradas no corpo negro. Partindo do caráter lacunar tanto da narrativa histórica oficial quanto dos arquivos coloniais, a revisitação crítica deste passado permite a construção de novas perspectivas. Publicada um ano após o Sítio Arqueológico do Valongo ter sido declarado sítio sensível pela UNESCO em 2017, a obra *O crime do Cais do Valongo*, de Eliana Alves Cruz, reelabora discursos ao protagonizar as experiências negras e mobiliza os diferentes tipos de arquivos — o cais, os ossos, os objetos,

1 Outros apontamentos sobre o romance e as discussões que o cercam foram feitos na minha dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (UERJ), orientada pela professora Giovanna Dealtry e defendida no ano de 2022, com o título *Reconstrução do ser negro: mem(ó)rias e histórias em O (s) crime (s) do Cais do Valongo, de Eliana Alves Cruz*. O texto integral está disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18474>.

o cemitério, o corpo. Nesse sentido, a construção de um Rio de Janeiro majoritariamente negro e caótico emerge da própria luta por sobrevivência dos sujeitos escravizados — imagens que só existem porque são narradas por uma voz negra. À luz de Saidiya Hartman, Michel Foucault, Stuart Hall, entre outros autores, desenvolve-se uma discussão sobre o arquivo e suas implicações enunciativas, simbólicas e históricas. A partir do diálogo entre literatura e História, por vezes complementar, por vezes em atrito, argumenta-se que essas narrativas avivam a presença do passado no presente, além de revelarem as políticas de apagamento que se atualizam em diferentes épocas, em um país onde o sujeito negro foi historicamente excluído da formação nacional. Com isso, o artigo busca contribuir para os estudos de literatura afro-brasileira ao mobilizar a ideia de corpo-arquivo no contexto da obra de Eliana Alves Cruz.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. História. Escravidão. Cais do Valongo. Corpo-arquivo. Protagonismo negro.

Abstract: This article aims to discuss the multiple archives of slavery by developing the concept of the body-as-archive within the African diaspora, understanding that memories, experiences, and forms of resistance are anchored in the Black body. Starting from the lacunar nature of both official historical narratives and colonial archives, a critical revisitation of this past allows for the construction of new perspectives. Published one year after the Valongo Wharf Archaeological Site was declared a site of memory by UNESCO in 2017, *O crime do Cais do Valongo* by Eliana Alves Cruz reworks dominant discourses by foregrounding Black experiences and mobilizing different types of archives — the wharf, the bones, the objects, the cemetery, the body. In this sense, the construction of a predominantly Black and chaotic Rio de Janeiro emerges from the enslaved subjects' own struggle for survival — images that exist only because they are narrated by a Black voice. Drawing on the works of Saidiya Hartman, Michel Foucault, Stuart Hall, among others, the article develops a discussion on the archive

and its enunciative, symbolic, and historical implications. Through the dialogue between literature and history — at times complementary, at times conflicting — the article argues that these narratives rekindle the presence of the past in the present, while also revealing the politics of erasure that are continually updated in a country where Black subjects have historically been excluded from national formation. In doing so, the article seeks to contribute to Afro-Brazilian literary studies by mobilizing the idea of the body-as-archive in the context of Eliana Alves Cruz's work.

Keywords: Archive. Memory. History. Slavery. Valongo Wharf. Body-archive. Black protagonism.

INTRODUÇÃO

A metáfora da cidade como palimpsesto surge nas camadas visíveis e invisíveis de um passado que resiste: a escravidão, inscrita também na História nacional, é um dos crimes fundacionais da cidade do Rio de Janeiro. O Cais do Valongo é um testemunho a céu aberto de uma das maiores violências da humanidade ao vivenciar o deslocamento em massa de milhares de africanos de diferentes lugares de África que aqui foram escravizados. A cidade não apenas foi palco de um dos maiores comércios negros transatlânticos das Américas, como também foi construída sistematicamente em cima de corpos negros. Escavar a malha urbana carioca significa, portanto, se deparar com crimes e, consequentemente, com arquivos de um passado que se mantém na contemporaneidade.

Publicado um ano após o Sítio Arqueológico do Valongo ter sido declarado sítio sensível pela UNESCO em 2017, o romance *O crime do Cais do Valongo*, de Eliana Alves Cruz, dialoga e, muitas vezes, entra em atrito com a narrativa histórica oficial ao revisitar o passado a

partir dos protagonismos negros. As vozes que se alternam entre os narradores-personagens — a moçambicana Muana Lómuè e o mestiço Nuno Alcântara Moutinho — possibilitam não apenas reivindicar aquilo que nos foi contado, como também dão uma nova perspectiva à história nacional: o olhar negro.

É a partir dele que se estabelece uma narrativa a contrapelo, além de se reconstituir uma memória que sistematicamente sofre com a tentativa recorrente de ser apagada. Na narrativa, o Rio de Janeiro oitocentista passa a ganhar vida a partir da morte de um dos principais comerciantes da época, Bernardo Lourenço Viana. É por meio da investigação desse crime primário que tantos outros serão revelados: surgem os protagonismos negros e, com eles, a denúncia da precariedade de vida e a busca incessante por sobrevivência. Enquanto o mestiço Nuno, apesar de também ser suspeito, participa da investigação do assassinato, Muana deixa seus relatos registrados em primeira pessoa, quando recria os acontecimentos e os espaços recorrendo às suas memórias.

O genocídio do negro, como bem postula Abdias Nascimento (2016), não se limita ao aniquilamento dos inúmeros corpos enterrados à flor da terra ou àqueles jogados ao mar durante a travessia; desdobra-se ainda nos diversificados modos de tentativas de apagamento, seja ele social, histórico, cultural, epistemológico ou, como no caso da região do Valongo, espacial. A obra de Eliana Alves Cruz reflete como o sujeito negro foi inscrito à margem da formação nacional e denuncia a manutenção de um pacto silencioso que tem atravessado os séculos, o da branquitude (Bento, 2022). O contrato racial, como já havia discutido Charles W. Mills, ocorre “entre aqueles categorizados como brancos *sobre* os não brancos, que são, portanto, os objetos e não os sujeitos do

acordo” (2023, p. 44, grifo do autor). Há um trato, mesmo que implícito, de manter seus privilégios e os locais de poder, dificultando mudanças que facilitem a igualdade racial, além de promover e perpetuar a reprodução de um racismo que é estrutural.

Este artigo almeja discutir os múltiplos arquivos da escravidão, desenvolvendo o conceito de corpo-arquivo na diáspora africana ao compreender que as memórias, as experiências e as formas de resistência estão ancoradas no corpo negro. Para isso, inicia-se com uma reflexão sobre o (re)encontro com as memórias redescobertas nas escavações da cidade, especialmente no Cais do Valongo, a partir de ossos e objetos e vestígios materiais. À luz de contribuições teóricas, como as de Saidiya Hartman, Michel Foucault e Stuart Hall, desenvolve-se uma discussão sobre a ideia de arquivo e suas implicações enunciativas, simbólicas e históricas. Em seguida, a análise da obra de Eliana Alves Cruz é traçada por meio das memórias de Muana, que, ao relatar a sua própria trajetória, cria um Rio de Janeiro majoritariamente negro e caótico, evidenciando a capacidade de ressignificação do povo negro em relação às dores, às crenças e aos espaços. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre as disputas simbólicas entre o Cais do Valongo, frequentemente negligenciado pelo Estado, e o Museu do Amanhã, projeto de elevado investimento público voltado à construção de um futuro. Nesse entrave, o presente revela-se como chave fundamental tanto para repensar e reconstruir o passado quanto para elaborar o que está por vir.

O QUE FAZER QUANDO A MEMÓRIA É REDESCOBERTA?

O olhar contemporâneo para esses arquivos revela os seus traços lacunares e opressores ao permitir revisitar o passado e

assim questioná-lo. A memória redescoberta se deu inicialmente em 1996, quando, por conta de uma obra na Rua Pedro Ernesto, Região Portuária do Rio, pedreiros encontraram centenas de ossos e objetos de africanos escravizados, enterrados à flor da terra. A casa onde residia o casal Petruccio e Ana Maria Mercedes Guimarães era o fatídico Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou entre 1774 e 1831 (Soares, 2018, p. 423), mas que até então não se tinha o conhecimento de sua localização exata. À margem da região que já era periférica dentro dos territórios estabelecidos na época, a presença do cemitério estava interligada ao funcionamento do tráfico: próximo ao cais, ao lazareto e aos armazéns, recebia os negros que chegavam já mortos ou semimortos. Os achados, principalmente de ossos, revelaram que o número expressivo de corpos amontoados de homens, mulheres e crianças era imenso diante do pouco espaço que se tinha. Nos últimos anos de funcionamento, o livro de óbito de Santa Rita² indica que, de 1824 a 1830, foram sepultados 6.119 escravizados, o que daria o número de 1.109 sepultamentos por ano (Pereira, 2014, p. 83).

Já em 2011, as escavações oriundas das obras do Porto Maravilha, que tinham o objetivo de reurbanizar a região, promoveram um encontro com o passado novamente: ossos e objetos (fios de conta, xícaras, búzios, pulseiras, brincos, peças de cerâmica, cachimbos de barro, figas de madeira e osso, entre outros) foram desenterrados debaixo da malha urbana e, com eles, a memória do povo negro. Estourando as bolhas de historiadores, arqueólogos e pesquisadores, o encontro com esses inúmeros arquivos impulsionou questionamentos pertinentes na sociedade carioca: o que, de fato, sabemos sobre a história da escravidão?

2 ACMRJ. Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita 1824-1830 (*apud* Pereira, 2014, p. 83).

Onde estão as outras vozes? Quais são os nossos conhecimentos sobre a região do Valongo, no ontem e no agora?

A elaboração histórica desse passado perpassa por uma construção discursiva que, como bem nos lembra Chimamanda Ngozi Adichie, está atrelada à ideia de poder (2019, p. 23). Como sugere a autora em *O perigo de uma história única*, narrativas hegemônicas limitam o campo de possibilidades e, no caso da escravidão, transformam os sujeitos negros em meros coadjuvantes de sua própria trajetória, contada até então por outros. Há, nesse sentido, um movimento duplo na concepção de história entre o ocorrido e a criação do discurso. Para o teórico haitiano Michel-Rolph Trouillot, “[...] história significa tanto os fatos em questão quanto uma narrativa sobre esses fatos, tanto ‘o que ocorreu’ quanto ‘aquilo que se diz ter ocorrido’” (2024, p. 34). Consequentemente, somos atores e simultaneamente narradores da nossa própria narrativa histórica.

Ao se transformar em narradora desse passado e, com efeito, do discurso histórico nacional, a ficção de Eliana Alves Cruz mobiliza essa lacuna de apagamentos ao recriar um Rio de Janeiro oitocentista a partir da perspectiva do negro. A região do Valongo não apenas passa a ser um grande arquivo a céu aberto, como também acolhe tantos outros que não conseguiram ser apagados e se tornaram rastros: onde há rastros, há arquivos. Os rastros dos apagamentos, como o próprio Cais do Valongo, recoberto desde 1843 para apagar a associação entre a região e a chegada de escravizados, tornam-se novos dispositivos enunciativos da reconstrução do passado. Qual é o sentido, portanto, da presença do passado no presente? A responsabilidade ética do arquivo surge na proposta de trazer o outro enquanto alteridade. O contato entre a autora e os muitos arquivos da escravidão provocou

questionamentos, mas também a sua imaginação, dando origem à escrita do livro, como ela mesma relata:

A ideia surgiu quando vi objetos encontrados nas escavações. Junto com os restos do que foi o cais por onde entraram de 1811 a 1831 entre 500 mil a um milhão de escravizados vindos das mais diferentes partes do continente africano, também surgiram brincos, contas, cachimbos, peças de jogos, enfim, objetos muito pessoais. Imediatamente minha imaginação voou para o passado tentando saber detalhes dos que aqui chegaram. Uma destas peças, um brinco em formato de meia lua, me levou direto à Moçambique. Neste momento começou a criação do livro. (Cruz, 2018, s.p.)

Como aponta a escritora, o Cais do Valongo funcionou como porta de entrada da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, recebeu um número expressivo de africanos, tornando-se o maior mercado escravista do país. De acordo com Carlos Eugênio Líbano Soares, entre os anos 1774 e 1811, cerca de um milhão de escravizados circulavam por ali (2018, p. 420). Majoritariamente negra e fora dos limites do que era reconhecido como “cidade” na época, a região do Valongo não era apenas local de desembarque para todos aqueles que resistiram à travessia, mas também era um espaço de chegada, comércio, cemitério e ressignificação: como se reconstruir e construir novos laços do outro lado do oceano?

Na revisitação desse passado, além do que já foi encontrado nas escavações desses últimos anos do século XX e começo do XXI, os arquivos oficiais disponíveis se tornaram fundamentais na reconstrução de uma memória coletiva, na compreensão dos cotidianos de outrora e na revisão de eventos históricos. Como

jornalista também dedicada à História, Eliana Alves Cruz recorre aos principais jornais da época para utilizá-los como estratégia textual. Os anúncios do *Jornal do Comércio* e os da *Gazeta do Rio de Janeiro* foram transformados em motes narrativos, dentre os quais, salvo o primeiro, que se refere à morte do comerciante Bernardo Lourenço Viana, todos são verídicos e circularam na sociedade oitocentista carioca. O contato com esses jornais e outras documentações da época viabilizou ainda a presença de personagens históricos na trama, como o próprio detetive e Intendente-Geral de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana³.

Enquanto arquivos do cotidiano, não há dúvida de que os jornais facilitam a compreensão dessa cidade, uma vez que os acontecimentos do passado pulsam a cada folha e a cada registro, nos dando informações e detalhes assegurados pelos redatores da época. Ainda que os textos não fossem escritos e direcionados aos negros, muitos deles preenchiam os espaços dos papéis dos jornais, como em um dos anúncios utilizados pela autora, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, datado em 14 de abril de 1810, que informava que “Francisco Theodoro Nunes no Armazém n.7. Em Valongo faz leilão público a 12 do corrente mez de 60 e tantos escravos de Moçambique, em lotes de 2 a 3” (Cruz, 2018, p. 145). Os registros ainda se estendem às chegadas e saídas de tumbeiros, às inúmeras fugas de escravizados e ainda nos revelam a relação dessa sociedade judaico-cristã com as práticas sobrenaturais, comuns aos povos de África. Os jornais, portanto, dinamizavam o próprio funcionamento da cidade.

3 Entre os anos de 1808 e 1818, Paulo Fernandes Viana foi Intendente-Geral da Polícia do Rio de Janeiro, comandando o policiamento urbano da época, além de exercer outras funções, que hoje são destinadas à prefeitura, como a coleta de lixo, fiscalizações, vacinação pública, entre outras.

Na construção do romance, a presença desses anúncios, inclusive com a ortografia da época preservada, acentua a aproximação da ficção com a realidade e torna esse passado, impossível de ser fielmente reconstituído, muito mais uma apresentação de outrora do que uma representação do ontem. O que significa dizer, em outras palavras, que esse passado não é meramente reproduzido, mas constantemente reelaborado.

Na loja da Gazeta se acha novamente: Tratado sobre o uso e abuso das virtudes e revelações e cousas sobrenaturaes, e do poder do Demonio e da natureza, em ordem e fazer illusões, por 1:280 – História das Imaginações extravagantes de Ousle, acusadas pela leitura dos livros, que tratão de Magica, Endemoninhadas, Feiticeiros, Lobisomens, Genios, Phantasmas e Almas do outro mundo, Sonhos, Pedra Filosofal & to, por 2:400 – a Arte Magica aniquilada com a defesa de Cecilia Faregó, acusada do crime de feitiçaria, 1 volume de 4, por 4:800⁴. (Cruz, 2018, p. 111)

No sistema escravocrata, o processo de desumanização se desdobra em diferentes aspectos. Em *Crítica da razão negra*, o teórico camaronense Achille Mbembe compreende a colonização como um vertiginoso conjunto, em que o primeiro feito da espoliação organizada se dá na transformação de homens e mulheres africanos em homens-objetos, homens-mercadorias e homens-moeda (2022, p. 13-14). Em outras palavras, africanos foram reduzidos a números, uma vez que literalmente eram contabilizados como objetos, seja como “peças” de venda e troca ou como corpo insepulto jogado nas rasas covas.

Como desdobramento dessa objetificação, nos arquivos, a violência ocorre na própria tentativa de registro: documentar é tornar

4 Jornal do Commercio, 1835.

o outro apenas — e só apenas — um algarismo. Como então subjetivar o ser escravizado a partir de um escrito que em sua natureza está limitado aos trâmites do comércio transatlântico? De acordo com a intelectual negra norte-americana Saidiya Hartman, “o arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade, [...], um asterisco na grande narrativa da História” (2020, p. 15).

Em oposição a esses arquivos coloniais, ainda pensando com a autora, Saidiya Hartman postula a ideia de “fabulação crítica”, que consiste em viabilizar o “impossível”, humanizar aqueles que foram tratados outrora como mercadorias, colocar em jogo a relação entre literatura e história, ficção e não-ficção, tudo por meio do mecanismo da narração: criar, recriar, ficcionalizar, fabular, imaginar. Rompe-se, assim, com a violência arquivística do registro comum do período escravocrata e surge a possibilidade de “dar vida” a esses sujeitos.

A intenção dessa prática não é *dar voz* ao escravo, mas antes imaginar o que não pode ser verificado, um domínio de experiência que está situado entre duas zonas de morte – morte social e corporal – e considerar as vidas precárias que são visíveis apenas no momento de seu desaparecimento. É uma escrita impossível que tenta dizer o que resiste a ser dito (...). É uma história de um passado irrecuperável; é uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido; é uma História escrita com e contra o arquivo. (Hartman, 2020, p. 29-30, grifo da autora)

Ainda que muitas vezes o ato de escrever seja marcado pela falta, ausência e vestígios, ele é um meio de forjar uma comunidade que tem em seu histórico a fragmentação (familiar, cultural e histórica). Dessa forma, a escrita reúne, reformula, reconstrói, recria, refaz e reinventa.

A literatura abre caminhos para a fabulação. A fabulação possibilita a nossa existência e evidencia aqueles que da história sofreram as inúmeras tentativas de apagamentos.

Há de se lembrar, nesse sentido, que a produção do passado ocidental ocorreu por meio de arquivos que, em sua essência, refletem a violência do sistema colonial: a perspectiva eurocêntrica favoreceu uma memória seletiva e um racismo estrutural a partir do olhar do branco, ignorando outras vozes e outras culturas que, em alguma medida, se afastassem do mundo do colonizador. A escassez de documentos (muitos deles foram queimados⁵) e de registros escritos de escravizados promove uma história rica em lacunas e brechas: como então imaginar a nação se muitos dos arquivos se perderam?

O epistemicídio (Santos, 2006) como forma de apagamento de conhecimentos, de compreensão do mundo e modos de filosofar e de existir de povos não europeus corrobora com o projeto de nação que tentou ser implantado no Brasil: indígenas e negros não apenas massivamente foram aniquilados, mas também foram colocados à margem na formação nacional. Em diálogo com Benedict Anderson, autor e teórico da ideia de “comunidades imaginadas”, Stuart Hall afirma:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos

5 Nos finais do século XIX, a queima dos arquivos da escravidão, comandada por Rui Barbosa, foi um episódio emblemático e controverso na história nacional. A perda irreparável de tantos documentos impossibilitou indenizações para os ex-escravizados e promoveu consideravelmente o silenciamento institucional na tentativa de apagar esse passado (Nascimento, 2016).

com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens dela são construídas. (2020, p. 31)

A relação de poder presente na constituição dos arquivos prevê quais memórias, identidades e saberes serão preservados. Recuperar histórias, espaços e personagens do passado se torna, assim, também um ato político. Para Michel Foucault, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (2008, p. 147). Ou seja, o arquivo pode ser encarado como um dispositivo da enunciação que, apesar de ser autônomo em alguma medida, é lido a partir de um processo enunciativo construído a todo momento. De natureza aberta, são possíveis incontáveis revisitações e discursos distintos, elaborados por meio de diferentes aspectos, perspectivas e épocas.

Isso significa dizer, em outras palavras, que os arquivos são, dessa maneira, também lugares políticos, pois se configuram como um potencial aparelho discursivo e, por isso, são instrumentos de poder. Torná-los públicos significa, então, criar um confronto de poderes ideológicos.

O arquivo é um território de disputa, pois controlar o arquivo significa controlar a possibilidade de enunciação e, em última instância, a construção de uma realidade – não a sua conservação, como almejavam os arquivos positivistas. Nesse sentido, revela-se que o arquivo não representa um passado, não dá testemunho histórico, mas o constrói. As formas de arquivamento e de seleção falam a respeito da construção desse passado através de um exercício da memória, sempre seletivo, e que comporta uma

nova escritura, um novo relato suplementar. O novo relato estrutura o conteúdo pressuposto e, ao mesmo tempo, cria um passado. (Andrade et al., 2018, p. 22)

A memória, quando é redescoberta, passa a dizer muito mais sobre o presente do que sobre o passado. Dos ossos aos cultos dos orixás, o que fazer com aquilo que fica e com aquilo que se (re)encontra? Revisitar o passado na contemporaneidade cria a possibilidade de novos arranjos, seja da narrativa histórica, da memória ou ainda dos inúmeros arquivos coloniais. Os escritos de Eliana Alves Cruz, enquanto arquivo dos arquivos da escravidão, produzem a construção de imagens e de uma narrativa possivelmente inédita sobre a região do Valongo, principalmente no que diz respeito aos textos literários. Nasce um Rio de Janeiro negro e, junto a ele, um mundo que beira a fantasia e o insólito. A cidade pulsa ao respirar o tráfico negreiro: seus cheiros, sons e cores são moldados pela presença sistemática da escravidão. Nesse sentido, a argentina Beatriz Sarlo nos convida a pensar na relação entre as cidades e seus discursos ao opor a cidade escrita à cidade real.

Os discursos produzem ideias de cidades, críticas, análises, figurações, hipóteses, instruções de uso, proibições, ordens, ficções de todo tipo. A cidade escrita é sempre simbolização e deslocamento, imagem, metonímia. (...) Escrever a cidade, desenhar a cidade, pertencem ao ciclo da figuração, da alegoria ou da representação. A cidade real, por sua vez, é construção, decadência, renovação e, sobretudo, demolição... (Sarlo, 2014, p. 139)

No caso de Eliana Alves Cruz, a produção da cidade a partir de perspectivas negras é atravessada por corpos que, ao habitarem os espaços urbanos, são incitados a ressignificá-los: como se apropriar

e fazer parte dos inúmeros emaranhados de sentidos? A tarefa de redigi-la necessariamente perpassa pelas experiências vividas de um povo que urge reelaborar novos significados, agora na diáspora. A cidade, marcada por diferentes tipos de violência, torna-se, assim, resultado de trajetórias corporais. Há um diálogo, portanto, entre corpo e cidade que cria a imagem singular de um Rio de Janeiro oitocentista majoritariamente negro que é reconhecido pelo caos. Com isso em mente, busca-se, então, não apenas evidenciar este corpo como arquivo, mas também elucidar o nascimento de uma cidade construída a partir das memórias de uma africana: Muana narra a sua própria história.

CORPO-ARQUIVO: PERFORMAR A MEMÓRIA, CONSTRUIR A CIDADE

A escravidão como fenômeno de crioulização, segundo Édouard Glissant, provocou o deslocamento forçado, transformando o enorme contingente de negros no “migrante nu”. De acordo com o autor, “[...] os africanos chegam despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua” (2005, p. 19). Despídos de tudo e de todos, o próprio corpo se torna tudo aquilo que unicamente eles têm. Por isso, entender o corpo negro como um arquivo em constante construção, além de negar as amarras coloniais que se dão na tentativa de tornar esse corpo oco, significa compreender também que os laços com a África nunca foram rompidos; ao contrário, se mantêm, seja por meio das memórias, das culturas, das línguas, das crenças, dos ritos ou ainda dos costumes. Corpo e arquivo, entrelaçados, se tornam um só. Tal abordagem nos permite repensar o conceito ocidental de arquivo, deslocando-o para as corporeidades afrodiaspóricas, sem reduzi-lo exclusivamente à materialidade do documento.

Os diferentes conhecimentos africanos, seus ancestrais e suas divindades (orixás, por exemplo) chegam às Américas ancorados em seus corpos. Ainda que não haja uma oposição entre as formas de arquivamento, não há dúvida de que aqui se extrapola a prática hegemônica atrelada aos documentos e principalmente à escrita. A intelectual estadunidense Diana Taylor, apesar de não discutir especificamente a diáspora africana, debate a ideia de repertório ao colocar em jogo o corpo como memória e considera as práticas performáticas, como a dança, a oralidade, os cantos, os movimentos e as próprias performances como conhecimentos passados de corpo a corpo e de geração a geração.

O repertório, seja em termos de expressão verbal ou não verbal, transmite ações incorporadas reais. Assim, as tradições são armazenadas no corpo, por meio de vários métodos mnemônicos, e são transmitidas “ao vivo” no aqui e agora, para uma audiência real. Formas legadas, vindas do passado, são vivenciadas como presentes. Embora isso possa descrever bem a mecânica da língua falada, também serve para descrever um recital de dança ou um festival religioso. É apenas porque a cultura ocidental está casada com a palavra, escrita ou falada, que a língua reivindica tal poder epistêmico e explanatório. (2013, p. 55)

O repertório, marcado pela presença da performance, transforma esse corpo em um miniuniverso ativo: lembra, elabora, ressignifica. No romance de Cruz, o passado colonial é construído por meio das memórias de Muana Lòmúé que, ao narrar a sua própria história de vida, transforma em relatos os jogos de sobrevivência de uma população que resistiu aos males da escravidão. Um “eu” que é coletivo opera, assim, na possibilidade de preencher essas

brechas deixadas pelo próprio discurso histórico oficial. A partir do corpo negro, busca-se construir novos arquivos sobre os arquivos do sistema escravocrata. A ficção de Eliana Alves Cruz, junto aos documentos oficiais, aos objetos e aos ossos encontrados, torna-se também um arquivo sobre a região do Valongo e principalmente de um passado que ainda ecoa no presente.

Cruz, além de rasurar a lógica colonial que por séculos obteve uma escrita branca destinada a seus pares, constrói um jogo irônico estabelecido entre a morte de Bernardo e as vidas dos negros que estavam inseridos em um contexto de subalternidade e opressão. A investigação do assassinato do comerciante (homem, branco, social e financeiramente em ascensão) se torna periférica diante dos protagonismos negros. O leitor, que também se torna um detetive, se vê imerso a uma narrativa que pouquíssimas vezes nos foi contada e passa a estar interessado em desvendar as artimanhas e os artifícios de sobrevivência do ser escravizado. Assim, o reposicionamento de objeto a sujeito possibilita desnudar as subjetividades negras.

A figura de Bernardo, entretanto, não deixa de ser importante dentro da dialética que se opera no sistema colonial. Mesmo em um contexto de luta para que a escravidão chegasse ao fim, ele é o resultado e a representação de uma parte da sociedade que assegura a todo custo os seus privilégios. Cruz vai além. Se historicamente o sujeito negro pouco teve a oportunidade de contar a sua própria história, as mulheres ainda menos: inseridas em um imaginário em que seus corpos foram nascidos para servir (Xavier, 2019), elas eram reconhecidas como corpos não pensantes. Apesar de o protagonismo negro ser plural — protagonismos — é a trajetória da moçambicana Muana Lómuè que ganha mais notoriedade na trama. Logo, é uma

mulher negra, africana, subalterna e condicionada à servidão que reconstrói as memórias de nosso país.

A construção da narradora-personagem está no limiar presente entre memória e História. Em macua, sua língua de origem, a palavra “mwàna” (ou Muana) tem o significado de “criança” (Matos, 1974, p. 96), correspondendo à fase de vida em que ela e sua família sofreram o sequestro de sua terra natal quando tinha apenas 10 anos de idade. Embora estudos (Mattoso, 2016; Florentino, Góes, 2010) apontem que, no tráfico transatlântico, tanto no início da colonização quanto entre os séculos XVIII e XIX, houve uma prevalência por adultos, principalmente por homens, em detrimento das crianças, nas cartas de alforrias e nos testamentos de africanos, como é o caso de seus relatos, a maioria afirmava ter chegado muito jovem ao Brasil (Mattoso, 2016, p. 72).

Sua trajetória se inicia em sua terra natal, Moçambique, invadida por Faruk, comerciante africano fundamental para o desdobramento do tráfico negreiro na região. Sua família é despedaçada ainda em África quando, em meio à invasão, seu irmão se perde e seus pais são capturados; a mãe não aceita experienciar a nova condição de escravizada e tira a sua própria vida, enquanto o pai, primeiramente, enlouquece e, posteriormente, emudece. O banzo, isto é, melancolia e saudade da terra natal, passa a ser outro mal que ele carrega. Na travessia, contraindo a doença da varíola no tumbeiro, seu destino, assim como o de tantos outros, foi a calunga grande: o mar também é um grande cemitério a céu aberto, local onde corpos-arquivos foram diluídos pelas águas do oceano.

Muana, junto a Umpulla, seu amor, resiste à travessia apesar da precariedade e insalubridade encontradas no tumbeiro. Enquanto

produtos, tais como “o rapé francês, marfim, azeite doce, atum de fino trato, fazendas, temperos [...]” (Cruz, 2018, p. 16) eram alocados e preservados nos espaços do navio, o contingente negro, sem luz e misturado aos seus próprios excrementos, estava fadado aos pequenos compartimentos. Ao contar suas memórias para o Mr. Toole, o inglês que representa metonimicamente a Inglaterra no combate à escravidão nos finais do século XIX, a jovem moçambicana relembra a sua chegada. Nas palavras da narradora-personagem, “o desembarque em São Sebastião do Rio de Janeiro foi algo impossível de esquecer” (Cruz, 2018, p. 149).

[...] Desesperei-me ao ver a rainha Nîètí morta e revoltei-me mais ainda por ver que Faruk seguia vivo. Puseram-nos acorrentados em filas e fomos obrigados a descer para barcos menores que iriam para a costa. [...]

A rainha Nîètí foi atirada em uma carroça que já estava repleta de defuntos. Para onde a levariam? Ela necessitava de sepultamento. Ela merecia voltar para seus ancestrais! Eu chorava, gritava em minha língua e vi que vários pretos que aqui já estavam entendiam. Eles me olhavam com uma mistura de pena e medo. Assim que pisamos em terra, fomos imediatamente trancados no Lazareto. Umpulla estava muito fraco. Todos nós estávamos muito fracos [...]. (Cruz, 2018, p. 149-150)

Muana e o contingente negro sobrevivente à travessia chegam com o status quo de mercadoria, objetificados a fim de manter e aumentar os lucros dos colonizadores. Como desdobramento desse sistema, a relação de posse não apenas os condenava a viver sob o domínio do outro, como também intentava desconfigurar esses sujeitos ao romper seus laços familiares e comunitários,

impedir o uso de sua própria língua nativa, batizá-los e ainda dar-lhes novos nomes.

Um dos marcos iniciais da tentativa de apagamento especificamente no sujeito africano se dá, então, nas trocas de nomes. O ato de nomear o Outro atribui uma relação de posse entre colonizador e colonizado, além de tentar promover um esquecimento “total” de África, que, como já sabemos, não acontece. Condição à escravidão, o ser escravizado sofre a iniciativa de ter o seu corpo transformado em corpo oco, feito tábula rasa. No entanto, o próprio ato de preservar seu nome de origem e de nos deixar suas memórias como heranças de uma cidade colonial que ainda se mantém, transformam o corpo da jovem moçambicana e de seus iguais em verdadeiros arquivos.

Chamo-me Muana Lómuè, sou filha de Mutanti e Atinfa. Aqui em São Sebastião do Rio de Janeiro deram-me outro nome, mas toda a gente me conhece apenas por Muana. Nasci numa aldeia bem próxima a um enorme e lindo maciço de pedra. É o segundo mais alto de toda a Moçambique. Isso eu só soube anos depois de sair de lá. Não quero ser apenas “Moçambique” como usam para chamar os que chegam de minha terra. Sou Lómuè. Este nome – “Lómuè” – eu adotei porque fala de onde vim e do que sou: uma Macua-Lómuè. Existem várias macuas. Somos como os galhos da mesma imensa árvore, e nossas línguas apresentam algumas diferenças, mas são todas bastante próximas. (Cruz, 2018, p. 43)

Comprada no armazém número sete pelo senhor Bernardo, Muana era a preta de sua estima confiança, inteligente, sabia agradá-lo. Quando encarregada de fazer qualquer ofício, desempenhava suas funções com competência. Diferente de outros

escravizados, ela era um dos poucos negros que circulava entre os microuniversos dos espaços das cidades que coexistiam, a região do Valongo, majoritariamente negra, e o outro lado do centro urbano, o dos brancos. Em uma sociedade praticamente iletrada, a jovem moçambicana tinha o domínio da leitura e da escrita. Lia as correspondências, as cartas e os jornais na busca de manter vivos os seus e a si mesma. Nas encruzilhadas da vida, entre África e Brasil, entre as cidades dos negros e dos brancos, também estava presente entre os mundos dos vivos e dos mortos. Normalmente insepultos e à procura de paz no plano imaterial, ela mantinha contatos com todos aqueles que vagavam por aí. A ela estava destinada a missão de garantir a todos o repouso no mundo dos ancestrais.

Assim como a de muitos negros, a alma de Bernardo também perambulava sem rumo. Encontrado morto, com a barriga estocada, sem partes do corpo, como a ausência de seu pênis e sem um dedo da mão (feitiçaria?), solucionar o crime era o mesmo que lhe trazer o descanso eterno. A pergunta que atravessa a narrativa — quem matou Bernardo? — apresenta muitos mistérios, principalmente porque “toda a cidade carioca era suspeita de matar o ensebado, sovina, escroque, chantagista, zângano, violento, cruel e despudorado senhor Bernardo Lourenço Vianna!” (Cruz, 2018, p. 97). As suspeitas eram muitas e, de acordo com o mestiço Nuno Alcântara Moutinho, também narrador-personagem:

[...] Ouvi-o afirmar que as primeiras desconfianças sempre recaem sobre os pretos porque quase sempre eles têm muitos motivos para ódios de seus senhores. O Intendente, do alto de sua experiência, acreditava que a mais mansa mucama era uma potencial víbora no seio de qualquer família. Segundo ele, quando não fogem, se vingam. De uma forma ou de outra, se vingam. (Cruz, 2018, p. 39)

Uma vez que o saber africano se mantém preservado no corpo, a vingança contra o sistema escravocrata se dá no não esquecimento, como podemos perceber na construção dos personagens, não apenas de Muana, mas também de Mariano Benguella e Roza. Em virtude do trabalho, os três constituem uma nova família que surge na diáspora. Em comum, além de agora serem irmãos de alma e servos de Bernardo, os três passaram a ser potenciais suspeitos do assassinato. No tempo em que a investigação do caso ocorre, o não dito, presente na força do encantamento, traduz esse africano que, ciente de seus poderes, brinca com o medo e as incertezas dos brancos.

O desfecho do crime só ocorre no final da narrativa, quando o leitor-detetive descobre quem é o autor do homicídio, Alceu Coimbra, amante de Emerenciana, noiva de Bernardo. É durante toda a narrativa, no entanto, que, pouco a pouco, nos é revelada a influência dos seus três súditos em sua morte. Muana, além de articulosa e ousada, principalmente porque aprendeu às escondidas a ler e escrever, vivia entre os mundos dos vivos e dos mortos: sentenciou que ele vivesse igualmente aos tantos negros que foram descartados sem nenhum tipo de ritual ou sepultamento. Enquanto Roza, que foi vítima de inúmeros casos de estupros cometidos por Bernardo, carregava consigo o dom ancestral de cozinhar, fez do fazer do mexer da panela, do cheiro, do sabor e da textura de suas comidas, mecanismos de poder e encantamento; Mariano era costureiro: seguindo a tradição de feiticeiros vindos de África, costurava os panos, os retalhos e as vidas.

– Quando encontrei aquele porco [Bernardo] caído no beco, apenas corri para buscar a minha colcha que costurei especialmente para ele. Em cada ponto nos panos, fui firmando meu pensamento mais odioso

da minha vida. Uma vez, enquanto ele dormia, medi o tamanho dele bem certo. Fiz um juramento de que quando a colcha chegasse à mesma altura, ele morreria. E ele morreu. Eu o matei em pensamento. Roza prosseguiu aos prantos.

– Eu cravei aquele punhal. Não importa que já estivesse morto. Eu arranquei dele a arma suja que usava para entrar em mim e cravei o punhal naquela barriga que comia a minha comida.

Muana finalizou.

– Eu também matei o senhor. Eu o condenei ao mesmo destino que ele e seus iguais ajudaram outros a encontrar. (Cruz, 2018, p. 147-148)

Outra vingança de Muana foi, ao se apropriar da leitura e da escrita, se utilizar dos códigos do colonizador para deixar registradas no papel a sua própria trajetória e, como resultado, também a dos seus. No jogo colonial, à medida que a escrita é utilizada pelos colonizadores como tecnologia de poder e de domínio ao promoverem uma imposição linguística, como também a produção de narrativas oficiais e o controle de acesso ao conhecimento escrito, ela se torna a ferramenta subversiva utilizada pela jovem moçambicana que garantirá que gerações futuras leiam as suas memórias e conheçam a história de uma escravizada contada em primeira pessoa.

A memória de Muana, ainda que pessoal e, por isso, subjetiva, humaniza essa população constantemente violentada. As suas primeiras reações ao chegar à diáspora, enquanto personificam esse ser que sente — e sente muito, sente apavoro e desespero, chora e grita — denunciam a região do Valongo como o verdadeiro local de horrores. Isso porque o contato com a morte e os mortos é contínuo, já que, como ocorreu com a rainha Nièti, inúmeros corpos eram arremessados a covas rasas e, em seguida, eram queimados. Assim,

a insalubridade presente nos tumbeiros se estende à cidade: ossos, lixos, excrementos e corpos em decomposição se misturam e criam a imagem de uma cidade do caos.

Aqui, apesar de buscar a leitura de uma cidade que por si só é ilegível, “o processo de metaforização”, de acordo com Renato Cordeiro Gomes, “são estratégias que buscam sustentar a leitura da cidade” (2008, p. 78), em que “a representação não mais se ancora em referenciais previamente dados. A produção de sentido fica, agora, a cargo do leitor” (2008, p. 77). É, nesse sentido, que metaforicamente, para o negro escravizado que chega ao Rio de Janeiro, a cidade passa a ser então, dentro de um contexto judaico-cristão, o próprio inferno.

Quem chega a este lugar por um tumbeiro [...] passa a ocupar o pior lugar neste mundo, mas ocupa. Onde ficam os que não são mais de onde vieram e não chegaram existir aqui? Seria isto o que o padre e os livros de vocês chamam de limbo? (Cruz, 2018, p. 142)

O grande tormento se dá não apenas por morar no inferno, mas também o de experienciar a sensação de viver em um constante martírio que se inicia pelo odor: a cidade exala mau cheiro. Para os escravizados, ainda que se locomover pela cidade estivesse limitado às amarras de seu senhor, transitar por ela significava conviver com o odor pútrido dos corpos em decomposição. Somado a isso, o cenário macabro se estende ainda aos amontoados de corpos jogados uns em cima do outro, acentuando, principalmente para aos recém-chegados, a violência para com as subjetividades negras, como relata Muana:

O muro de tijolos era baixo e eu via os dois únicos negros que se encarregavam de enterrar. Eu preferia o açoite a este serviço! No fundo retângulo que era a terra do cemitério, uma cerca de esteiras o separava

de outra propriedade. Punha-me a pensar: 'O terreno não é grande e vejo que os armazéns estão cada vez mais abarrotados. A chegada de novos tumbeiros aumenta a cada dia. Por enquanto o Valongo não é tão povoado, a maioria das casas é de comércio e não estão coladas ao local, mas um dia estarão em cima das covas rasas'. (Cruz, 2018, p. 15)

A construção da cidade a partir do olhar negro nos revela que a urbe carioca está cada vez mais abarrotada de gente. O casamento entre tráfico e cemitério tornou o Rio de Janeiro um dos maiores portos escravistas da história da humanidade: proporcionalmente, quanto mais africanos eram vendidos, mais chegavam e mais morriam. A pluralidade de etnias em África não apenas é reduzida ao condicionar à escravidão os milhares de corpos negros, mas também a condenar seus destinos. Aqueles que chegavam mais mortos que vivos, se resistissem, estavam fadados a trabalhar até morrer; os que chegassem e morressem em seguida, eram direcionados às rasas covas do cemitério. A fé cristã concedia o caráter sagrado do sepultamento, destinado quase sempre somente aos brancos, principalmente os de alto poder aquisitivo. Enquanto os corpos brancos sepultos ficavam expostos no interior da igreja, os negros eram descartados sob as piores condições possíveis.

Quando a chuva forte descia, os corpos enterrados à flor da terra vinham à tona e boiavam em meio ao lixo. Em tempos regulares, queimavam os pedaços de gente amontoados no centro do campo. Quando acompanhava a falecida dona Ignácia à igreja, sempre que o padre falava do inferno, era o cemitério dos escravos novos que eu imaginava. Os ossos brotando como flores duras e sem cor. (Cruz, 2018, p. 163)

De acordo com Júlio César Medeiros da Silva Pereira, "o Cemitério dos Pretos Novos se inclui na imagem negativa da cidade,

algo a ser erradicado para fora do perímetro urbano” (2014, p. 90). A insalubridade, o mau cheiro e a visão do horror não pouparam a urgência de tê-lo diante da necessidade de suportar o contingente negro morto. Na busca por preservar a vida da corte portuguesa do outro lado do centro urbano, inicialmente projetado no Largo de Santa Rita, em 1779, o cemitério foi transferido para a região do Valongo que, destinada ao “sepultamento” do número expressivo de africanos, passou a ser reconhecida como a cidade dos mortos.

A memória, enquanto constituição desses corpos que resistiram, possibilitou não apenas reunir e ressignificar os rastros que não foram apagados, como também criar novas narrativas sobre o passado. O ineditismo dessa cidade do Rio de Janeiro nasce porque a sua construção parte da perspectiva do negro. A projeção do corpo como arquivo, ao dialogar com os outros tipos de arquivos, como os ossos e os objetos encontrados nas escavações, reconfigura a participação do negro na formação nacional e nos lembra que o passado ainda vive no presente. Afinal, a construção do futuro depende da nossa relação com o ontem. Que histórias queremos contar na elaboração do que está por vir?

MEMÓRIA ENCOBERTA E FUTURO ESCULPIDO: DIÁLOGOS ENTRE O CAIS DO VALONGO E O MUSEU DO AMANHÃ

A publicação de *O crime do Cais do Valongo* no ano de 2018 não apenas colaborou com a visibilidade dada à região em todo o território nacional, proporcionada pelo efervescente cenário literário atual, em que escritores negros cada vez mais têm tido a oportunidade de publicar suas obras, como também mobilizou novas discussões e olhares para os espaços do Valongo e, no geral, para toda a área reconhecida como a Pequena África, localizada na região portuária

da cidade. Somado aos escritos de Eliana Alves Cruz, está o trabalho de outros escritores, como o de Conceição Evaristo, fundadora da Casa Escrevivência no bairro da Saúde em 2023. Com essa iniciativa, Evaristo tem promovido leituras, pesquisas e experiências atreladas à literatura negra e à cultura afro-brasileira. Além disso, as lutas do movimento negro e os estudos de pesquisadores têm colaborado para a ressignificação desses espaços e discutido novos arranjos discursivos sobre o passado, especialmente no que diz respeito aos arquivos da escravidão.

No ano de 2005, a casa dos Guimarães, onde coexistia com o cemitério submerso, foi transformada em Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) com o objetivo de resgatar e, ao mesmo tempo, preservar a história e a memória africana, tanto do período escravocrata quanto dos milhares de corpos negros insepultos e ocultos debaixo da malha urbana. O cemitério-museu fomenta ainda a formação acadêmica no nível de pós-graduação na área de educação patrimonial, direitos humanos e história da África e da diáspora atlântica, produz projetos educativos e ainda organiza circuitos históricos da herança africana na Pequena África com turistas, estrangeiros e moradores da cidade. Existe, assim, um movimento de manutenção da memória que luta não apenas por seu resgate e preservação, mas também para que o passado não se repita.

A relevância dessas instituições e desses trabalhos é consideravelmente potencializada perante a negligência do Estado que, a cada época, atualiza as políticas de apagamento do negro. Mesmo após o Sítio Arqueológico do Valongo ter sido declarado sítio sensível pela UNESCO, em 2017 e, conseqüentemente, se tornado patrimônio cultural da humanidade, os descasos com a região, com os

cais — do Valongo e o da Imperatriz — e com os objetos encontrados nas escavações denunciam como o racismo estrutural opera e ganha grande dimensão nas disputas simbólicas, além de manter a figura do negro à margem.

Tanto os achados quanto a região carecem de uma valorização por parte de entidades governamentais, já que não há uma promoção desses espaços, dos arquivos e nem das memórias, com o intuito de propagar conhecimento à sociedade. A história da Pequena África, há de se ressaltar, até então estava restrita a pesquisadores, estudantes (principalmente da área de História) e ao movimento negro. O desdobramento do abandono público resulta na falta de informação sobre o nosso passado e empobrece a nossa relação com a cidade: o Cais do Valongo, reconhecido como sítio sensível, passa a ser um espaço desvalorizado.

Essas histórias também são importantes no âmbito educacional, tendo em vista a educação ainda eurocêntrica e lacunar no Brasil. Mesmo com a adesão de leis, como a 10.639, promulgada em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino, o caminho ainda é longo para a construção de currículos que abarquem a diversidade racial do país. Como resultado, a falta de informação e o desconhecimento, inclusive do grande número de moradores da cidade do Rio de Janeiro, corroboram a inexistente identificação de muitos cidadãos com o passado e a trajetória da população negra.

Paradoxalmente, diante de um território que patentemente pulsa um passado que não quer ser lembrado, onde ossos brotam como flores, foi inaugurado o Museu do Amanhã. Impulsionado pelos

projetos de reurbanização da Zona Portuária sob responsabilidade da Prefeitura do Rio e pelos eventos esportivos, em 2014, a Copa do Mundo e, em 2016, os Jogos Olímpicos, a construção do museu demandou altos investimentos, especialmente pela proposta de dialogar com um futuro mais tecnológico, porém inovador e sustentável. Nesse sentido, busca-se, então, refletir sobre a jornada dos próximos 50 anos e construir um futuro melhor no qual podemos conscientemente criar.

Como instituição cultural, não há dúvida de que ele fomenta um número considerável de pessoas que passaram ainda mais a circular pela região até então pouco frequentada, como também articula tecnologia e educação, além de suscitar discussões e reflexões sobre qual sociedade e planeta queremos habitar nos próximos anos. Nos coloca como protagonistas de nosso próprio presente e nos responsabiliza na elaboração do que está por vir. Entretanto, sem o casamento entre os tempos, o ontem e o amanhã, como pensar o futuro sem considerar o passado?

Negligenciar todo o potencial arquivístico encontrado na região favorece a permanência de crimes, em que políticas de extermínio voltadas à classe social e à cor de pele insistem em assassinar os mesmos corpos negros ainda nos dias de hoje, como bem nos lembra Achille Mbembe quando discute o conceito de *Necropolítica*. O negro, construído fantasmagoricamente como inimigo na modernidade ocidental, tem atravessado os séculos como impugnador da paz, da ordem e do progresso. De acordo com Mbembe, a formação de um estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base formativa do direito de matar (2018, p. 17). Não à toa, as balas perdidas do agora encontram quase sempre os mesmos

corpos, transformados, assim como os escravizados de outrora, em estatísticas. O ciclo do esquecimento, portanto, se renova de tempos em tempos: se essas vidas não são qualificadas como vida, nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (Butler, 2015, p. 13).

As disputas simbólicas entre os monumentos do passado e o museu que aponta para o amanhã trabalham a partir da ideia de pulsão de morte do arquivo, discutida por Jacques Derrida (2001, p. 21). Isso significa dizer que existe um movimento constantemente tensionado entre memória e esquecimento, uma vez que só há a necessidade de se lembrar porque existe a possibilidade de se esquecer. O poder de destruição e de esquecimento dialoga com a potencialidade presente nos arquivos afrodiaspóricos, pois eles suscitam o fortalecimento da memória, dão lugar a vozes e aos corpos ocultados e reposicionam o sujeito negro na história nacional.

Apesar de ser marcada como local de horrores, a região do Valongo também é símbolo de memórias, ancestralidades e heranças africanas. Além disso, assegura a presença negra não só na cidade, mas também na formação do Brasil. Nos lembra que o porto carioca escravista foi um dos maiores da humanidade e que a massificação de africanos trazidos para cá influenciou na construção de nossas culturas, hábitos, crenças e também em nossa língua. No local onde passado e futuro coexistem, o presente se torna peça-chave para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Logo, resgatar esse passado é muito mais do que revisitá-lo: é elaborar um futuro que começa no reconhecimento e na celebração da dignidade de seus antepassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intelectual negro Luiz Silva, autodenominado Cuti, afirma que “a palavra ‘Brasil’ esconde os crimes e os criminosos” (2010, p. 18). Partindo dessa perspectiva, o jogo de palavras presente no título do romance de Eliana Alves Cruz ganha relevância ao brincar com a possibilidade de se questionar qual seria, de fato, o verdadeiro crime: *O crime do Cais do Valongo* ou *O crime no Cais do Valongo*? O protagonismo negro dado aos personagens não apenas reelabora novos discursos ao contar as histórias que a História não nos contou, como também viabiliza questionar o passado no presente. Além de promover o reposicionamento enunciativo (de objetos a sujeitos), a literatura, principalmente de autoria feminina negra, tem tido a preocupação de compor o cânone literário com uma diversidade maior de vozes, como a de preencher as brechas e lacunas deixadas pela própria narrativa histórica oficial. Em diálogo a isso, o professor Antônio R. Esteves comenta:

A literatura, enfim, trabalha o reino da ambiguidade. Suas verdades são sempre subjetivas: verdade pela metade, verdades relativas que nem sempre estão de acordo com a história. Nesse sentido, a recomposição do passado que a literatura faz é quase sempre falsa, se a julgarmos em termos de objetividade histórica. Não há dúvidas de que a verdade literária é uma e a verdade histórica é outra. No entanto, embora recheada de mentiras – e talvez por isso mesmo –, a literatura conta histórias que a história escrita pelos historiadores não sabe, não quer ou não pode contar. Os exageros da literatura servem para expressar verdades profundas e inquietantes que só dessa forma poderiam vir à luz. Só a literatura [...] dispõe das técnicas e poderes de destilar esse delicado elixir da vida: a verdade que se esconde nos corações humanos. (Esteves, 2010, p. 20)

Junto ao trabalho do movimento negro, de historiadores, de antropólogos e de pesquisadores, a importância da obra se dá especialmente porque a sua publicação mobilizou os arquivos. O cais, os ossos e objetos reencontrados jamais poderão ser vistos do mesmo modo: partícipes da formação nacional, estes arquivos tanto asseguram a presença do negro no Brasil, como testemunham a construção do país por meio da mão de obra escravizada. Se ainda não há a devida valorização da região enquanto local de heranças materiais e imateriais africanas por parte do Estado, o número expressivo de leitores fomenta o novo olhar dado ao Sítio Arqueológico do Valongo.

Na encruzilhada, entre Brasil e África, a região do Valongo é a memória de um passado que não se apaga: inscrita efetivamente na cidade, ela faz parte de nossa história. A experiência que não se esgota na linearidade cartesiana característica do Ocidente, onde passado, presente e o que está por vir se unem e se renovam. Performances do tempo espiralar:

A ideia de que o tempo pode ser ontologicamente experimentado como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, [...], descontinuidade, contração e descontração [...]. Nas temporalidades curvas, tempo e memória são imagens que se refletem. (Martins, 2021, p. 23)

Por isso, os escritos de Eliana Alves Cruz tornam-se também túmulos para todos aqueles que, enterrados à flor da terra ou jogados nas rasas covas, indevidamente foram descartados. “E o verdadeiro crime é a gente não saber disso. O verdadeiro crime é a gente estar fora dos círculos todos de poder do país — político, intelectual, de certa forma artístico...” (Cruz, 2018, p. 22).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE, Antonio et al. *Indicionário do contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Sobre o conceito de história. Editora Brasiliense, 1987.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CRUZ, Eliana Alves. *O crime do Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- CRUZ, Eliana Alves. Entrevista concedida a Médium Books em 2018. Los Angeles, 2018. Disponível em: <https://medium.com/blooks/entrevista-com-eliana-alves-cruz339656eb6bd>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- CRUZ, Eliana; SEMOG, Éle. Entrevista: Eliana Alves Cruz e Éle Semog. [Entrevista concedida a] André Luís Mourão de Uzêda. In: *Perspectivas em Educação Básica*, n. 2, v. 1. Rio de Janeiro, p. 14-28, dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WO26W5>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. “Crianças escravas, crianças dos escravos”. São Paulo: Contexto, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HARTMAN, Saidiya. “Vênus em dois atos”. In: *Revista Eco-Pós*, n. 3, v. 23. Rio de Janeiro, p. 12-33, 2020.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Codogó, 2021.

MATOS, Alexandre Valente de. *Dicionário Português-Macua*. Lisboa, 1974.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1.ed. São Paulo, 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. In: *Organon*, n. 69, v. 35. São Paulo: N.1 edições, 2018.

MILLS, Charles W. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadoria e cultura urbana*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. In: GOMES, F.; SCHWARCZ, L. (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAYLOR, Diana. O arquivo e repertório. In: TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 45-67, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Intelectual Negra sim. Por que não? Rio de Janeiro: Malê, 2019.